

Ata da 12^a Reunião do Grupo de Acompanhamento da Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

Local: Campo Grande - MT, Auditório do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL

Data: 11 de agosto de 2017

Participantes: lista de presença (Anexo1)

8 Abertura e Informes

9 Luiz Henrique Noquelli, SEMA-MT, coordenador do grupo de acompanhamento, GAP,
10 abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Informou a substituição de dois
11 componentes do grupo: a suplência da FAMATO e a suplência da agricultura
12 familiar, que passou para a FETAGRI de Mato Grosso. Em seguida, indagou se
13 alguém desejava realizar um informe. Não houve manifestação dos presentes.

14 Metas e Diretrizes para o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica
15 Paraguai e Estudos para os Instrumentos de Gestão pela Engecorps

Raquel C. P. Santos, Engecorps, apresentou a equipe e fez uma contextualização do relatório PP-04, “Definição das metas do PRH Paraguai e diretrizes e estudos para os instrumentos de gestão”, que será discutido na reunião, primeiro produto da última etapa do trabalho, que corresponde ao plano de ações. Ressaltou que o produto seguinte, o PP-05, corresponderá ao detalhamento do produto anterior. Iniciou em seguida a apresentação dos resultados do prognóstico (Anexo 2). Leonardo Mitre, Engecorps, em seguida deu continuidade à apresentação na questão das metas e diretrizes (Anexo 2). Na questão do arranjo institucional, Claudete Bruschi, IMASUL, sugeriu que uma forma de incorporar a questão ambiental, para não ter que criar novas estruturas de gestão, é de que os comitês de bacias criem câmaras técnicas para tratar das questões ambientais. Débora Calheiros comentou que houve a sugestão no início dos trabalhos do GAP de que o conselho da Reserva da Biosfera poderia ser um espaço de colegiado para a gestão conjunta na região. Alessandra Panizi, FIEMT, questionou a diretriz de que os pedidos de declaração de reserva de disponibilidade hídrica – DRDH ou outorgas para novas aproveitamentos hidrelétricos aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a conclusão de suas análises. Pediu o posicionamento da SEMA-MT. Luiz Henrique Noquelli esclareceu que, na reunião entre ANA e SEMAGRO/MS e SEMA/MT, com presença da Secretaria Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos do Mato Grosso, Mauren Lazzaretti, no mês de maio, não houve aceitação por parte dos órgãos estaduais de acatar a sugestão da ANA. Numa segunda reunião técnica para pactuação das ações do GAP, participaram pela SEMA MT, Luiz Henrique Noquelli e Lorena Nicchelli, pela SEMAGRO, Leonardo Sampaio e Angelica, com diversos técnicos da ANA, ocasião em que se chegou ao consenso que seria o ideal inserir no plano. Cássio Carvalho MME, esclareceu que há equívoco no relatório na citação do Plano Energéticos nacionais ao afirmar que não há previsão de aproveitamento do potencial hidrelétrico da região e o grupo concordou em retirar esta informação constante

44 na página 78 na versão de 28 de julho de 2017. Reconheceu que as secretarias são
45 responsáveis pela outorga, mas considerou que as hidrelétricas devem ser
46 avaliadas caso a caso. Rosana Mendes Evangelista afirmou que o plano de recursos
47 hídricos é o espaço para discussão das diretrizes e metas da região. Igor Souza
48 Ribeiro, MME, reconheceu que as diretrizes para outorga são definidas pelo
49 comitê de bacia e que, no presente caso, é fundamental que os conselhos de
50 recursos hídricos se manifestem. Além disso, acrescentou que a política prevê os
51 usos múltiplos e não a suspensão da outorga para um uso. Alessandra Panizi
52 informou a realização de reunião da ANA com SINDENERGIA e o setor reconheceu a
53 importância dos estudos que seriam realizados, mas considerou que não seria
54 razoável suspender um uso, quando existem outras atividades até mais impactantes
55 como a pecuária e o saneamento que não sofrerão restrição. Eduardo
56 Oliveira, SINDENERGIA, disse que é necessário considerar as especificidades dos
57 empreendimentos hidrelétricos, não se pode generalizar empreendimentos distintos,
58 que o plano deve abranger outros setores como mineração, pecuária e não focar
59 somente em hidrelétricas. E também ao se discutir geração hidrelétrica é preciso
60 debater tarifa, emissão de efluentes e outros aspectos relacionados ao
61 desenvolvimento sócio econômico. José Luiz Zoby, ANA, sugeriu que fosse avaliado
62 o impacto dessa diretriz sobre a realidade dos empreendimentos, quantos
63 empreendimentos estão em processo de outorga ou licenciamento e seriam
64 prejudicados no período entre a aprovação do plano de recursos hídricos e a
65 conclusão dos estudos sobre o impacto dos empreendimentos hidrelétricos. Nilo
66 Peçanha Coelho, COINTA, destacou o impacto que as usinas hidrelétricas
67 apresentam sobre o transporte de sedimentos. Felipe Dias, SOS Pantanal, destacou
68 que estudos de impacto ambientais individualizados não conseguem dar muitas
69 vezes conta do impacto conjunto, que pode ser bastante negativo. José F. de
70 Paula Filho, COINTA, destacou a importância do plano de recursos hídricos para
71 discutir esse tema que é tão relevante e dos estudos que são relevantes. Suzan
72 Lannes, ABES, considerou que como não existe uma clareza dos trechos críticos,
73 deve-se atuar pela precaução. Luiz Henrique Noquelli reforçou que a decisão
74 final cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e que os estados não se
75 manifestaram a favor da suspensão dos empreendimentos hidrelétricos. Propôs a
76 alternativa de que seja encaminhado que os estudos em desenvolvimento servirão
77 de referência para a instalação de empreendimentos hidrelétricos. Juraci de
78 Ozeda Ala Filho, SEPLAN-MT, destacou as questões de sísmicos e de desmatamento
79 que são impactos importantes que podem estar sendo provocados. Cássio Carvalho
80 manifestou que os estudos que estiverem concluídos devem ser incorporados à
81 análise dos empreendimentos hidrelétricos. Débora F. Calheiros ressaltou a
82 importância da conservação do Pantanal, reconhecido pela Constituição Federal,
83 patrimônio da humanidade e Reserva da Biosfera, e a importância ecológica e
84 socioeconômica da conservação dos serviços ecossistêmicos, em especial da
85 produção pesqueira. Igor de Souza Ribeiro, MME, comentou sobre a resolução que
86 criou o GAP que estabelece que a questão do uso do solo é igualmente relevante
87 comparado ao setor hidrelétrico. Reiterou pedido de acesso aos produtos da
88 Fundação Eliseu Alves sobre os empreendimentos hidrelétricos. Luiz Henrique
89 Noquelli propôs o encaminhamento de que os estudos produzidos pela Fundação

90 Eliseu Alves sejam enviados pela ANA para os órgãos gestores de recursos
91 hídricos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. José Luiz G. Zoby propôs a
92 pactuação de que os estudos em desenvolvimento serão a referência na questão da
93 outorga para a bacia e que os órgãos gestores de recursos hídricos seguirão suas
94 diretrizes, pois o plano é essencialmente uma pactuação. Em seguida, foi
95 elaborada uma redação alternativa à recomendação original, elaborada pela
96 Engecorps. Como não houve consenso sobre as redações (original e alternativa),
97 foi aberta a votação para os membros do GAP se manifestarem. ANA, MMA, MI,
98 COINTA, FONASC, UFMS, Indígena e SOS Pantanal se posicionaram favoráveis ao
99 texto original, totalizando 8 votos. FIEMT, SEPLAN, FAMATO, ABES, MME, COOPEMAT
100 e UFMT se manifestaram favoráveis à versão alternativa, totalizando 7 votos. (*A
101 versão original e a versão alternativa do texto discutido estão registradas ao
102 final desta ata*). José Luiz G. Zoby informou que o voto da FIEMS, realizado pelo
103 sr. Erico na segunda opção, não seria válido, tendo em vista que seu nome não
104 consta como membro indicado pela instituição para compor o GAP. Igor de Souza
105 Ribeiro manifestou que considera que o GAP tem a função de arbitrar conflitos e
106 que não se pode restringir um uso. Leonardo Mitre retomou a apresentação do
107 relatório da Engecorps. José Luiz G. Zoby sugeriu ao coordenador do GAP que as
108 recomendações para o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental -
109 EVTEA da hidrovia deveriam ser enviadas agora e não na finalização do plano de
110 recursos hídricos, se o período de recebimento de contribuições estiver aberto.
111 Informou que buscaria a informação. Synara Broch, UFMS, colocou que a
112 incorporação das questões qualitativas e quantitativas não estavam incorporadas ao
113 estudo. Débora F. Calheiros comentou que o EVTEA não incorporava estudos
114 anteriores das décadas de 90 e 2000 sobre a hidrovia em que o tramo norte foi
115 negado pelo governo brasileiro e pelo judiciário devido à elevada fragilidade da
116 dinâmica local. Luiz Henrique Noquelli concordou com a proposta de encaminhar o
117 posicionamento do GAP ao Ministério dos Transportes nesse momento. Igor de Souza
118 Ribeiro questionou o estágio da outorga nos estados e sua capacidade de
119 responder à necessidade de hidrovia. Leonardo Mitre informou que a outorga da
120 hidrovia é um assunto que exige uma discussão entre ANA e setor de transportes.
121 Thiago de Moraes, FAMATO, relatou, em seguida, a iniciativa de divulgação da
122 Fazenda Pantaneira da Embrapa em 6 municípios do Mato Grosso. Débora F.
123 Calheiros destacou que essa iniciativa visa promover boas práticas no setor
124 pecuário. Eduardo Folley, ATRATUR-MS, indaga a forma de avaliar o efeito do
125 plano de recursos hídricos daqui a alguns anos. Leonardo Mitre registrou que a
126 proposta é que haja monitoramento dos resultados e dos investimentos. Débora F.
127 Calheiros expressou preocupação com a falta de monitoramento dos agrotóxicos e
128 do cumprimento do Código Florestal, que considerou não ser suficiente para a
129 região do Pantanal. Raquel C. P. Santos relatou que identificou a existência de
130 um estudo de mapeamento de áreas de preservação em todo o Brasil que supre a
131 carência de informação sobre adoção das métricas do Código Florestal. Eduardo
132 Folley acrescentou que o estudo recentemente realizado pelo SOS Pantanal
133 apresenta informações adicionais sobre esse assunto. Débora F. Calheiros
134 informou sobre o projeto FPS na planície pantaneira em que está à frente de
135 desenvolvimento de práticas sustentáveis na agricultura. Leonardo Mitre

136 solicitou o envio das informações sobre esse projeto para que sejam incluídas
137 como recomendações.

138 Relato do Andamento dos Eventos Públicos pela ANA

139 Grace Benfica Matos, ANA, fez relato dos eventos públicos realizados no estado
140 de Mato Grosso do Sul, destacando as oficinas e reuniões, assim como a
141 metodologia adotada para recebimento das contribuições. Informou ainda os
142 próximos eventos previstos para Mato Grosso (Anexo 3) e que será produzido
143 relatório de todos esses eventos. Eduardo Folley sugeriu a substituição de
144 Bonito e Corumbá por Aquidauana e Jardim. Grace Benfica Matos falou que se isso
145 melhorar a participação, poderia ser considerado. Daniel Lansky, Partners,
146 informou que não há verba para divulgação em rádios, mas que foi feito o
147 trabalho de imprensa, tendo solicitado que os membros do GAP enviassem
148 informações mais completas sobre as pessoas sugeridas, sua localização e os
149 segmentos que representam. Relatou que, a partir de agora, está preparando
150 materiais para Whatsapp para facilitar a divulgação que já serão utilizados em
151 Mato Grosso. Débora F. Calheiros demonstrou sua preocupação na divulgação dos
152 eventos para os segmentos de pescadores, ribeirinhos e universitários. Daniel
153 Lansky informou seu telefone e email para contatos e mobilização de pessoas: 61
154 - 983485820 e mobilizacaoprhp@gmail.com. Luiz Henrique Noquelli solicitou
155 manifestação sobre a proposta de alteração dos locais dos eventos públicos. Os
156 presentes se manifestaram favoráveis à manutenção dos locais. Débora F.
157 Calheiros solicitou a apresentação do prof. Angelo Agostinho da UEM na próxima
158 reunião e solicitou a apresentação da professora Sandra Santos da Embrapa
159 Pantanal, se possível, em dezembro. Igor de Souza Ribeiro convidará
160 representante de Itaipu para palestrar sobre o programa “Cultivando Água Boa” .

161 Encaminhamentos

162 As contribuições ao relatório PP-04 poderão ser enviadas até 18 de agosto.

163 A reunião do GAP em dezembro na cidade de Campo Grande foi remarcada para o dia
164 13, em função dos eventos públicos do plano de recursos hídricos que deverão
165 acontecer em Mato Grosso. A reunião de 3 de outubro em Cuiabá foi mantida.

166 O relatório dos eventos públicos será encaminhado aos participantes.

167 Eduardo Oliveira apresentou, ao final da reunião, o vídeo “Vida às Margens” do
168 SINERGIA (Anexo 4) e o documento técnico associado (Anexo 5).

169 *Texto original, aprovado pelo GAP*

170 “Recomenda-se que os pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai
171 aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a
172 conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim
173 que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já
174 devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise.”

175 *Texto alternativo, rejeitado pelo GAP*

176 “Recomenda-se que a análise técnica dos órgãos gestores de recursos hídricos
177 dos pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai incorporem os

178 resultados parciais consolidados dos estudos realizados pela ANA sobre os
179 efeitos das hidrelétricas.”